

A SOCIOLOGIA DO TRABALHO VAI AOS MERCADOS POPULARES¹

SOCIOLOGY OF WORK GOES TO THE POPULAR MARKETS

Tiago Magaldi*

RANGEL, Felipe. **A empresarização dos mercados populares: trabalho e formalização excludente.** Belo Horizonte: Fino Traço, 2021.

O livro toma por objeto o processo de “empresarização” do comércio popular brasileiro a partir da análise das transformações no setor observadas no contexto paulistano, em um esforço de interpretação do processo de reordenamento desse tipo de atividade nas capitais brasileiras. Recorrendo a uma abordagem fundamentalmente etnográfica, e tomando a “Feirinha da Madrugada” como espaço privilegiado de análise, Rangel reconstrói as intrincadas relações sociais e comerciais desenvolvidas nas feiras e shoppings populares da região do Brás, no centro da cidade de São Paulo, buscando o sentido das mudanças em curso na região, tanto em termos “objetivos”, isto é, econômico (formas de entrada nas diferentes atividades comerciais, relação dos comerciantes com os clientes e entre si, estratégias de gerenciamento do negócio, seleção de produtos, magnitude do capital envolvido) e administrativo (modelos de organização do espaço e da atividade comercial) quanto “subjetivos” (hierarquias nativas estabelecidas entre os comerciantes, fundamentos normativos acoplados à atividade, expectativas para o futuro, disciplinamento para o trabalho no comércio). O intuito foi o de retratar o fenômeno da “empresarização” enquanto uma forma contemporânea de expropriação, destacando seu movimento de conjunto e as assimetrias de poder dos atores envolvidos sem descuidar da relevância sociológica da agência dos comerciantes no “chão de loja”, isto é, daqueles que historicamente criaram o Brás enquanto ponto comercial visado e rentável.

¹ O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). Código de Financiamento 001.

* Professor substituto da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), doutor em Sociologia pela Universidade Federal de São Carlos (UFSCar). E-mail: tmgranato@gmail.com

Nesse sentido, trata-se de um trabalho que investiga as dinâmicas do trabalho informal sobretudo a partir da perspectiva de seus protagonistas cotidianos, na trilha classicamente aberta, no Brasil, por Luiz Antônio Machado da Silva (1979, 2002, 2018), e que recebeu contribuições importantes nas últimas duas décadas (Durães, 2013; Kopper, 2015; Sakai, 2011). Essa perspectiva é enriquecida por dois movimentos teóricos que visam a informar o sentido da análise e a ampliar o seu alcance: o primeiro é uma aposta sobre as mudanças em curso no horizonte de expectativas do mundo do trabalho brasileiro, no sentido de uma cultura do trabalho mais individualista e instável (Lima, 2010), um desencantamento da relação salarial clássica descrita por Castel (1998); o segundo é adoção da tese da expansão mundial de uma “racionalidade neoliberal”, isto é, a tendência à universalização do princípio de concorrência tanto como razão de governo quanto como mediador normativo das relações sociais na contemporaneidade (Dardot; Laval, 2016).

O argumento do autor é conduzido por duas linhas de análise: na primeira, busca descrever a experiência de trabalho no comércio popular informalizado em seus detalhes e compreender quais percepções e horizontes de expectativas estão entrelaçados nos protagonistas da atividade, e em que medida tais dimensões aparecem e se modificam no decorrer da trajetória dos trabalhadores, tendo por referência de comparação, por contraste, o trabalho assalariado formal clássico; na segunda, de maior nível de abstração, o autor investiga se e em que medida os projetos de “reordenamento” do comércio popular da cidade de São Paulo produzem uma espécie de gentrificação do trabalho, isto é, a substituição, nos pontos de venda, de trabalhadores com pouco capital escolar e financeiro por outros, melhor equipados em ambas as dimensões, e que se identificam enquanto “empresários” (Rangel, 2021, p. 29). Esse processo teria como resultado e símbolo maior a construção de grandes shoppings populares, administrados por conglomerados empresariais atraídos pelas oportunidades de lucro gestadas naqueles espaços. Ambas as linhas se encontram no objetivo de analisar as mudanças no comércio popular brasileiro como um todo, tanto no que tange ao processo de trabalho em si quanto às condições de trabalho (incluindo os complexos estatutos jurídicos dos trabalhadores/comerciantes), passando pelas interpretações dos trabalhadores sobre a sua atividade. A motivação de conjunto do autor é a intuição de que há uma profunda reestruturação objetiva e subjetiva no comércio popular com o surgimento das galerias e shoppings populares, iniciativas que projetam uma imagem dessa atividade que em nada se assemelha à do senso comum, isto é, como algo feito exclusivamente para a sobrevivência, que envolve valores módicos, sendo caótico e sujo, uma atividade “marginal” (no duplo

sentido de ilegal e realizada por populações marginalizadas). Tal conjunto de mudanças é sintetizado na expressão “empresarização do comércio popular”, na qual está embutido um processo de “formalização excludente” (Rangel, 2021, p. 145).

A metodologia é de inspiração etnográfica, tendo sido desenvolvida na “Feirinha da Madrugada” e nas galerias e shoppings populares do bairro do Brás, no centro de São Paulo. Os atores postos em cena são apresentados sobre o pano de fundo de suas trajetórias, bastante diversas entre si, mas cujas atividades, seus sucessos e fracassos estão interligados pelas tramas do comércio popular na região. A cuidadosa análise da prática comercial dos sujeitos pesquisados proporciona o estofo sociológico que justifica o trabalho: trata-se de, reconhecendo-se que se está diante de um fenômeno relativamente novo, compreender e explicar em que medida o emaranhado de práticas e expectativas que constitui o comércio popular atual constrói “relações, estilos de vida e subjetividades” (Lima; Pires, 2017, p. 774) no contexto do capitalismo brasileiro contemporâneo de corte neoliberal, e não apenas de denunciar a precariedade da situação dos trabalhadores analisados – embora isso também seja feito.

Assim, conhecemos as trajetórias de Davi, Omar, Vicente, Claudia, e de outros trabalhadores, bem como as suas próprias interpretações sobre elas. Somos apresentados ao modo como chegaram ao Brás, a como se instalaram, aprenderam os rudimentos da atividade, ganharam ou perderam dinheiro; a como criaram expectativas com o negócio ou se frustraram; a como se reinventaram para driblar as dificuldades, fossem elas práticas – relativas a capital, à escolha de mercadorias ou às ondas de imposição normativa do poder público ou de agentes privados “reguladores” do espaço – ou subjetivas, como, por exemplo, a importância do autodisciplinamento na organização estratégica dos investimentos em momentos-chave do ano, ou a tentativa de realizar uma “limpeza simbólica” (Silva, 2008) presente na distinção hierárquica entre “camelôs”, “comerciantes” e “fabricantes”², estando os primeiros na posição mais vulnerável, reprimidos pelas autoridades públicas e estigmatizados por todos, incluindo os segundos. Em seu conjunto, oferecem um retrato multifacetado das suas duras condições de trabalho e de sua vulnerabilidade.

Na segunda parte da obra, somos apresentados aos movimentos sociológicos mais amplos nos quais tais atores típicos estão inseridos. Podemos pensá-la como uma sociologia

² Distinção esta que, a propósito, permite à análise ir além do que permitiria o recurso à noção de um “trabalhador do comércio popular” genérico, analiticamente reconhecível apenas por sua condição de “trabalhador”.

da mudança da inserção no trabalho dos comerciantes apresentados na primeira parte. Trata-se, então, de apresentar a **empresarização do comércio popular** propriamente dita enquanto movimento que se estende para além das fronteiras do Brás e mesmo de São Paulo: enquanto uma faceta do capitalismo brasileiro. Da Feirinha da Madrugada, de origem quase improvisada no início dos anos 2000, o autor nos conduz aos grandes shoppings populares do final dos anos 10, resultados de investimentos massivos por parte de grandes grupos empresariais de atuação nacionalizada e com livre trânsito nos governos municipais e estaduais. São empreendimentos que significam “muito mais do que simples espaços comerciais”. Eles funcionariam enquanto “dispositivos econômicos e de disciplinamento do trabalhador comerciante” (Rangel, 2021, p. 160). Aqui somos apresentados a um “novo perfil” de trabalhador nessa atividade, que representa, na prática, o trabalhador do comércio popular “empresariado”. É um trabalhador que se certifica em cursos do SENAI e do Sebrae e tem grandes empresários por referência pessoal e profissional de sucesso. Como eles, esses trabalhadores se veem como “empresários” em busca de “oportunidades”. Nos shoppings populares, os custos do empreendimento tornam-se impeditivos para os comerciantes “tradicionais”, como os que transformaram o Brás e seus arredores em um ponto pujante do comércio popular paulistano e brasileiro. Rangel apresenta a trajetória da Feirinha da Madrugada, portanto, como uma síntese do processo de empresarização do comércio popular: gentrificação do trabalho, formalização excludente e disciplinamento subjetivo para uma lógica empreendedora.

A despeito do percurso muito bem construído do livro – teórica, analítica e empiricamente –, há um ponto sobre o qual, creio, cabe uma reflexão crítica. Enxergo pelo menos duas posições contra as quais o autor frequentemente argumenta, mas que me pareceram pouco explicitadas no texto. A primeira advém do campo empírico: trata-se do discurso que estigmatizaria o comércio popular como sujo, ilegal, marginal, atividade de pessoas “pobres” em geral, caótico etc. O leitor só encontrará uma referência empírica a isso no capítulo 5, em uma seção rápida e, no entanto, o autor afirma estar procurando desconstruir o que chama de “discurso hegemônico” sobre o comércio popular. Se assim for, seria importante não apenas afirmar a existência desse discurso, como comprová-lo empiricamente: como e por quais meios torna-se real, isto é, uma força social capaz de produzir efeitos, a visão de que o comércio popular é tudo isso que o autor diz que dizem dele? Frise-se que Rangel não descuida inteiramente dessa dimensão, trazendo perspicazmente o discurso higienista presente em um relatório da “Associação Viva o Centro” (Rangel, 2021, p. 147).

Trata-se apenas aqui de sugerir que esse ponto da análise seja adensado, de modo a que o argumento se torne polemicamente mais agudo.

A segunda posição não explicitada se encontra no nível teórico. É o diálogo velado com um tipo de marxismo muito presente nos estudos brasileiros do trabalho. O autor explicita logo na introdução a tradição de estudos do trabalho à qual se filia, valendo-se de autores que privilegiam uma abordagem metodológica rente aos agentes investigados (Luiz Antônio Machado da Silva, Reginaldo Prandi, Vera Telles, Fernando Rabossi, Jacob Lima, dentre muitos outros), fazendo largo uso de interpretações nativas. Isso não significa que não esteja atento a fenômenos macroestruturais, como já indiquei acima, mas sim que a pedra de toque do estudo são os próprios sujeitos inseridos em seus campos de possibilidades objetivas e nas suas expectativas subjetivas. Além disso, o autor compreensivelmente critica as abordagens que tendem a “caracterizar o momento presente pela ‘falta’, em relação à idealização de uma sociedade salarial nunca efetivada” (Rangel, 2021, p. 23): investigar o comércio popular percebendo nele apenas as ausências em relação ao trabalho protegido seria ignorar alguns dos elementos mais característicos da atividade. No entanto, Rangel parece ter preferido não travar um embate direto com essa tradição³. Ter abertamente se posicionado no interior da bibliografia auxiliaria aqueles que se debatem com um problema semelhante – como o autor desta resenha –, qual seja, o de como produzir uma sociologia do trabalho que reconheça e problematize a precariedade da condição de trabalhador no Brasil ao mesmo tempo em que se coloque rente aos sujeitos, tomando suas interpretações como legítimas, e as variações e limites dessas enquanto conformadores da situação de classe **particular** ao contexto pesquisado, indo além da mera denúncia dos meandros e da intensidade da exploração capitalista. Trata-se de uma questão quase lateral à análise propriamente dita, que não necessita de tal transparência para se sustentar, mas cujo enfrentamento aberto contribuiria para o fortalecimento do fecundo veio de análise no qual se inspira.

Tais observações críticas – obrigação do resenhista – não devem obscurecer o fato de que estamos diante de uma análise brilhante. Rangel é cuidadoso ao entretecer elementos objetivos e subjetivos em um resultado admiravelmente equilibrado. A análise aponta para a mudança não apenas dos mecanismos concretos pelos quais se organiza o trabalho no

³ Encontramos um exemplo cristalino desse “diálogo velado” na seguinte passagem: “Vale dizer que analisar essas práticas comerciais e os sentidos atribuídos a elas a partir da atenção às formas pelas quais os sujeitos conferem plausibilidade às suas vidas certamente nos leva a caminhos diferentes daqueles encontrados, por exemplo nas análises que tratam os significados atribuídos às práticas como efeitos diretos dos processos ideológicos, em que a preocupação maior é com as conexões que os indivíduos não seriam capazes de fazer, em detrimento das formas em que se elaboram efetiva e cotidianamente as experiências” (Rangel, 2021, p. 26).

comércio popular hoje – das feirinhas informais aos shoppings (a empresarização) –, e que produz novas modalidades de exclusão e de apropriação dos frutos do trabalho (a **formalização excludente**), mas também da própria identidade do trabalhador enquanto tal, que, para ter acesso aos espaços “formalizados” do comércio popular se insere em um processo de disciplinamento de si e de sua atividade, abandonando sua identidade de “comerciante” e produzindo a de “empresário”. É, sem dúvida, uma abordagem que aprofunda a compreensão da sociologia do trabalho acerca de como os trabalhadores do comércio popular, por vezes invisibilizados e/ou homogeneizados em sua condição de “informais”, interpretam, em seus termos, o mundo do trabalho brasileiro e seus desafios, e como são por ele afetados.

Referências

- CASTEL, Robert. **As metamorfoses da questão social**: uma crônica do salário. Rio de Janeiro: Vozes, 1998.
- DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. **A nova razão do mundo**: ensaio sobre a sociedade neoliberal. São Paulo: Boitempo, 2016.
- DURÃES, Bruno. **Camelôs globais ou de tecnologia**: novos proletários da acumulação. Salvador: EDUFBA, 2013.
- KOPPER, Moisés. De camelôs a lojistas: a transição do mercado de rua para um shopping em Porto Alegre. **Caderno CRH**, Salvador, v.28, n.75, p. 591-605, 2015.
- LIMA, Jacob Carlos. Participação, empreendedorismo e autogestão: uma nova cultura do trabalho? **Sociologias**, Porto Alegre, v. 12, p. 158-198, 2010.
- LIMA, Jacob Carlos; PIRES, Aline Suelen. Youth and the new culture of work: considerations drawn from digital work. **Sociologia & Antropologia**, Rio de Janeiro, v. 7, n. 3, p. 773-797, dez. 2017.
- RANGEL, Felipe. **A empresarização dos mercados populares**: trabalho e formalização excludente. Belo Horizonte: Fino Traço, 2021.
- SAKAI, Roberta. **A ocupação da área central pelo comércio ambulante**: negociações e produção do espaço urbano. 2011. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Escola de Engenharia de São Carlos, Universidade de São Paulo, São Carlos, 2011.
- SILVA, Luiz Antônio Machado da. Notas sobre os pequenos estabelecimentos comerciais. In: LOPES, José Sérgio Leite *et al.* **Mudanças sociais no nordeste**: estudo sobre trabalhadores urbanos. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979. p.179-194.
- SILVA, Luiz Antônio Machado da. Da informalidade à empregabilidade (reorganizando a dominação no mundo do trabalho). **Caderno CRH**, Salvador, v. 15, n. 37, p. 81-109, jul./dez. 2002.
- SILVA, Luiz Antônio Machado da. Apontamentos metodológicos. In: SILVA, Luiz Antônio Machado da. (org.). **Vida sob cerco**: Violência e rotina nas favelas do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2008. p. 27-34.
- SILVA, Luiz Antônio Machado da. **O mundo popular**: trabalho e condições de vida. Rio de Janeiro: Papéis Selvagens, 2018.

Recebida em: 01/03/2023

Aceita em: 06/06/2023